

## **PROGRAMA DA DISCIPLINA DE TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO (I e II)**

### **Curso de Pós-Graduação em Ética, Direito e Pensamento Político**

**Regente:** Gonçalo Sampaio e Mello (FDUL)

#### TEMA I – JUSTIÇA

1. Símbolo da Justiça: descrição e significado (deusa greco-romana, espada, balança, roupagem).
2. Noção de Justiça: de Aristóteles aos nossos dias.
3. Justiça Universal e Justiça Particular. Justiça Comutativa e Justiça Distributiva.
4. Justiça e Paz. *Pax et Iustitia osculatae sunt. Pax opus Iustitiae.*
5. Direito Injusto como Direito Nulo. Direito de Resistência e suas modalidades.

#### TEMA II – DIREITO

1. Natureza social do homem. O homem como *zoon politikon*.
2. Tentação da vida solitária. Os «pecados capitais» da civilização post-moderna.
3. Papel ordenador, agregador e moderador do Direito.
4. Direito e sua concretização normativa: Normas de Direito Internacional e Comunitário; Normas de Direito Nacional.
5. Universo jurídico, anomia e caos normativo.

#### TEMA III – FONTES DO DIREITO PORTUGUÊS

1. Direito Supra-Positivo: Lei Eterna, Lei Natural, Lei Divina.
2. Direito Canónico e suas fontes. Elaboração do *Corpus Iuris Canonici*. Aplicação do Direito Canónico em Portugal e Beneplácito Régio.
3. Direito Prudencial: recepção e difusão do *Corpus Iuris Civilis* no nosso País. *Ars Inveniendi*. Fundação da Universidade. O *Ius Commune* Europeu.

4. Direito Legislado: legislação medieval portuguesa; «Livro das Leis e Posturas»; Ordenações do Reino – Afonsinas (1447), Manuelinas (1521), Filipinas (1603).
5. Direito Consuetudinário: noção, caracterização, requisitos de validade, importância jurídico-sociológica.
6. Direito Judicial: estilo, assento, alvidro. Ressurgimento do alvidro na era contemporânea.
7. Direito Local: carta de povoação, foral, foro ou estatuto municipal. Reforma manuelina dos «forais» (1497-1520). Extinção dos «forais» (1832).

#### TEMA IV – INSTITUIÇÕES POLÍTICAS FUNDAMENTAIS

1. Realeza ou Instituição Real (1143-1910): Gênese do poder real; Princípio hereditário e respectivo conteúdo (legitimidade, primogenitura, masculinidade, nacionalidade, representação); Investidura no poder real; Símbolos do poder real (coroa, ceptro, espada, trono).
2. Cortes ou Instituição Parlamentar (1254-2016): Gênese das Cortes; Composição das Cortes (Clero, Nobreza, Povo); Importância e papel das Cortes tradicionais portuguesas; Triunfo Liberal e alteração do paradigma de representação política.

#### TEMA V – CORRENTES DE PENSAMENTO E SEU IMPACTO NO NOSSO PAÍS

1. Humanismo Jurídico (século XVI): advento e fracasso.
2. Racionalismo Jurídico (século XVIII): Lei da Boa Razão (1769); Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra (1772); Questão do «Novo Código» (final do século XVIII).
3. Humanitarismo Jurídico (século XVIII): advento, resistências, triunfo após 1820.

#### TEMA VI – CULTURA JURÍDICA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX

1. Enquadramento histórico-político – nacional, europeu, norte-americano, brasileiro.
2. Direito Legislado: prioridade face às demais fontes normativas. O Direito como «razão escrita».
3. Codificação dos ramos de Direito: Direito Constitucional (1822, 1826, 1838); Direito Comercial (1833, 1888); Direito Administrativo (1836, 1842, 1878, 1886, 1896); Direito Penal (1852, 1886); Direito Civil (1867).
4. Visão panorâmica da cultura jurídica portuguesa do século XIX.